



Boletim Trimestral de Concessões – 1.º Trimestre de 2014

**UTAP**

Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

## Conteúdos

<b>1. Sumário Executivo</b> .....	<b>6</b>
<b>2. Factos relevantes</b> .....	<b>8</b>
2.1 Processos de renegociação dos contratos de concessão do sector portuário: portos de Leixões, Aveiro, Lisboa e Setúbal .....	8
2.2 Reprivatização da EGF.....	9
2.3 Alterações do enquadramento regulamentar.....	10
2.3.1 Sector energético.....	10
2.3.2 Sector das águas e resíduos.....	10
2.4 Novos investimentos no sector das águas e resíduos .....	11
2.4.1 Águas Públicas do Alentejo.....	11
2.4.2 SIMRIA .....	12
2.4.3 Águas do Algarve.....	12
2.4.4 Suldouro .....	13
<b>3. Fluxos Financeiros no Sector Portuário</b> .....	<b>14</b>
3.1 Tipologia dos fluxos financeiros .....	14
3.2 Evolução dos fluxos financeiros .....	14
<b>4. Anexos</b> .....	<b>20</b>

## Índice de Quadros

Quadro 1 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias.....	7
Quadro 2 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias.....	15
Quadro 3 – Receitas da administração portuária por concessão .....	19
Quadro 4 – Identificação das concessões das Águas.....	20
Quadro 5 – Identificação das concessões dos Resíduos .....	21
Quadro 6 – Identificação das concessões no sector dos Portos.....	22
Quadro 7 – Identificação das concessões para o Gás Natural.....	23
Quadro 8 – Identificação das concessões para a Eletricidade.....	23
Quadro 9 – Identificação da concessão Hídrica.....	23
Quadro 10 – Identificação da concessão Aeroportuária.....	23
Quadro 11 – Movimento global dos portos em análise no primeiro trimestre de 2014.....	24
Quadro 12 – Movimento de carga contentorizada nos portos em análise no primeiro trimestre de 2014.....	24

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição do total das rendas de concessão portuária por Administração Portuária no primeiro trimestre de 2014.....	16
Gráfico 2 – Evolução da receita acumulada por trimestre, comparativamente com os anos anteriores (2011 a 2014).....	17

## Acrónimos

1 Trim 2014	(1T 2014) 1.º Trimestre de 2014
2014P	Previsão para 2014
AC 2014	Valor acumulado em 2014
AdP, S.A.	Águas de Portugal, S.A.
AdP	Águas de Portugal
ANA, S.A.	Aeroportos de Portugal, S.A.
DGEG	Direcção-Geral de Energia e Geologia
DRE	Diário da República Eletrónico
EGF	Empresa Geral do Fomento, S.A.
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ETAR	Estação de Tratamento de Aguas Residuais
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
M€	Milhões de Euros
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PETI	Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNAER	Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
REN	Rede Elétrica Nacional
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SNGN	Sistema Nacional de Gás Natural
UTAP	Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos
Var. 2014/2013	(ou $\Delta$ 2014/2013) Variação ocorrida entre o ano de 2014 e o ano de 2013

## Notas metodológicas

No presente boletim trimestral são apresentados, de forma sistemática, os valores dos encargos e das receitas com as concessões de diversos sectores de atividade (nomeadamente, águas, resíduos, sector energético, portos e aeroportos).

Os valores dos fluxos financeiros indicados no presente boletim foram recolhidos junto das entidades gestoras dos contratos públicos e nos respetivos *websites* e/ou boletins/relatórios de atividade.

Com efeito, a responsabilidade pela veracidade e coerência dos dados e valores aqui apresentados é, em primeira instância, das respetivas entidades gestoras que os disponibilizaram.

No âmbito da análise e leitura dos valores objeto do presente boletim, importa tomar em consideração o seguinte:

- Os valores incluem IVA à taxa legal em vigor; e
- Os valores apresentados são arredondados à unidade mais próxima.

## 1. Sumário Executivo

A UTAP, entidade sob a tutela do Ministério das Finanças, tal como criada pelo Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, apresenta, por solicitação expressa da mencionada tutela, o boletim informativo das concessões, relativo ao 1.º trimestre de 2014, o qual procura fornecer uma visão sumária e sistematizada da informação considerada relevante em determinadas concessões dos setores portuário, energético, das águas e resíduos e aeroportuário, sem prejuízo de demais publicações ou informação da responsabilidade de outras entidades competentes em cada um dos mencionados sectores.

Ao longo do primeiro trimestre de 2014, e no que concerne ao universo das concessões em análise, há a destacar o lançamento do processo de renegociação de nove contratos de concessão de terminais portuários para a prestação do serviço público de movimentação de cargas (todos os contratos cujo término ocorre após 31 de dezembro de 2020), que, por razões de maior transparência e salvaguarda do interesse público entendeu o Governo sujeitar ao regime do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, ao abrigo do qual foram constituídas comissões de negociação em que participam membros da UTAP.

O objetivo destas negociações prende-se essencialmente com a necessidade de promover uma operação portuária mais eficiente, designadamente fazendo refletir na fatura portuária os efeitos decorrentes dos ganhos de eficiência e operacionalidade resultantes da eliminação das taxas de utilização portuária e da revisão da legislação do trabalho portuário.

Importa também salientar a aprovação do decreto-lei que visa dar início ao processo de reprivatização da EGF<sup>1</sup>, a sub-holding do grupo AdP responsável pela gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, em cumprimento de um dos compromissos assumidos pelo Governo Português no âmbito do PAEF. Adicionalmente, merece destaque o reforço dos poderes da ERSAR enquanto entidade reguladora independente no sector das águas e dos resíduos. De acordo com os seus novos estatutos, a ERSAR passou a assumir o cariz de entidade administrativa independente, com reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros.

No que concerne aos fluxos financeiros do Sector Público com as concessões em análise, destacam-se as receitas relativas ao sector portuário referentes, sobretudo, às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos portos analisados (os portos do Douro e Leixões, de Aveiro, de Lisboa, de Setúbal e de Sines), tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão celebrados entre estas e as respetivas autoridades portuárias.

Com efeito, no trimestre em apreço, as receitas das Administrações Portuárias referentes aos terminais portuários concessionados registaram um crescimento de 7% face ao trimestre homólogo de 2013, ascendendo a 16.316 milhares de euros. Esta evolução é justificada em grande medida pela tendência de crescimento a que se assistiu no movimento

---

<sup>1</sup> Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 56, de 20 de março de 2014.

global de mercadorias (incluindo as contentorizadas) dos referidos portos, a que acresce o impacto de alguns fatores que afetam a comparabilidade dos valores, nomeadamente as diferenças ao nível da cadência de pagamentos das concessionárias (tal como verificado, nomeadamente, no porto de Lisboa).

No caso do porto de Aveiro, o aumento de movimentação de carga verificado não se materializou num acréscimo da movimentação afeta especificamente ao terminal concessionado (mas antes aos terminais sob gestão própria da Administração Portuária), razão que explica o decréscimo das rendas cobradas às concessionárias deste porto.

### Quadro 1 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias

*Valores em milhares de euros*

Sector Portuário	1T2014	Peso no total	1 T 2013	$\Delta$ 1T 2014 / 1T 2013	2014P	% Execução
<b>Douro e Leixões</b>	7.559	46%	7.213	5%	27.229	28%
<b>Sines</b>	3.671	22%	3.530	4%	17.281	21%
<b>Lisboa</b>	3.341	20%	2.981	12%	15.678	21%
<b>Setúbal</b>	1.632	10%	1.474	11%	6.481	25%
<b>Aveiro</b>	112	1%	114	-1%	460	24%
<b>Total</b>	<b>16.316</b>	<b>100%</b>	<b>15.312</b>	<b>7%</b>	<b>67.128</b>	<b>24%</b>

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias

## 2. Factos relevantes

### 2.1 Processos de renegociação dos contratos de concessão do sector portuário: portos de Leixões, Aveiro, Lisboa e Setúbal

O Plano Estratégico dos Transportes, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, veio dar origem a um conjunto alargado de reformas no sector portuário, as quais visam, por um lado, melhorar a eficiência do sector e, por outro lado, diminuir os encargos associados ao mesmo, nomeadamente no que diz respeito à “fatura portuária”, sempre com o objetivo último de aumentar a competitividade das empresas e das exportações nacionais.

Neste âmbito, o Ministério da Economia determinou, através de despacho datado de 14 de março de 2014, o lançamento do procedimento de negociação dos contratos de concessão de terminais portuários para a prestação do serviço público de movimentação de cargas, dando assim cumprimento a um dos compromissos assumidos pelo Governo Português no Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica<sup>2</sup>. O processo de renegociação em curso abrangeu os contratos de concessão dos portos de Leixões, de Aveiro, de Lisboa e de Setúbal, visando dentro destes os contratos com termo após 31 de dezembro de 2020.

Na sequência do despacho supramencionado, Sua Exa. o Secretário de Estado das Finanças, através do Despacho n.º 403/2014 de 14 de março, determinou à UTAP, através do respetivo Coordenador, a constituição das comissões de negociação dos contratos relativos a cada um dos portos indicados<sup>3</sup>, as quais foram constituídas incorporando membros da UTAP e representantes do Ministério da Economia.

De forma concreta, os objetivos do Estado Português com estas renegociações são os seguintes:

- Melhoria da eficiência associada à operação portuária, designadamente através da redução da supramencionada “fatura portuária”;
- Redução dos preços cobrados aos utilizadores dos portos em reflexo das reformas já aprovadas pelo Estado Português – nomeadamente no que se refere à eliminação das taxas de utilização portuária e à aprovação do novo regime de trabalho portuário<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Celebrado com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, em 17 de maio de 2011, e sucessivamente revisto.

<sup>3</sup> Despacho n.º 4550-A/2014, de 26 de março, do Coordenador da UTAP, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 61, de 27 de março de 2014.

<sup>4</sup> A reforma do regime jurídico do trabalho portuário foi realizada através da aprovação da Lei n.º 3/2013, de 14 de janeiro, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 9, de 14 de janeiro de 2014.



Os contratos abrangidos pelo processo negocial são os seguintes:

- Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A. (APDL)
  - TCGL – Terminal de Carga Geral e de Granéis de Leixões, S.A.
  - TCL – Terminal de Contentores de Leixões, S.A.
- Administração do Porto de Aveiro, S.A. (APA)
  - SOCARPOR – Sociedade de Cargas Portuárias (Aveiro), Lda.
- Administração do Porto de Lisboa, S.A. (APL)
  - ATLANPORT – Sociedade de Exploração Portuária, S.A.
  - LISCONT – Operadores de Contentores, S.A.
  - SOTAGUS – Terminal de Contentores de Santa Apolónia, S.A.
  - TERMINAL MULTTUSOS DO BEATO – Operações Portuárias, S.A.
- Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. (APSS)
  - SADOPORT - Terminal Marítimo do Sado, S.A.
  - TERSADO - Terminais Portuários do Sado, S.A.

## 2.2 Reprivatização da EGF

No trimestre em apreço o Governo, através do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, lançou o processo de reprivatização da EGF, a sub-holding do grupo AdP responsável pela gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, dando assim cumprimento a um dos compromissos assumidos pelo Governo Português no âmbito do PAEF.

Atualmente a EGF é responsável pela gestão de resíduos urbanos em 174 municípios nacionais, que no seu conjunto representam aproximadamente 6,4 milhões de habitantes (mais de 60% da população portuguesa) os quais são responsáveis por uma produção anual de cerca de 3,7 milhões de toneladas de resíduos<sup>5</sup>. Dada a importância assumida pela EGF no panorama nacional de gestão de resíduos, a reprivatização através do concurso público então estabelecido veio determinar que a entidade adquirente deverá demonstrar, por um lado, o *know-how* técnico e de gestão e a robustez financeira necessários a uma adequada gestão da empresa, e, por outro lado, a capacidade para dotar a EGF das “melhores práticas no domínio ambiental e de um projeto estratégico adequado aos objetivos de desenvolvimento da economia nacional”.

---

<sup>5</sup> De acordo com dados disponíveis no *website* da EGF, <http://www.egf.pt>.

## 2.3 Alterações do enquadramento regulamentar

### 2.3.1 Sector energético

Na área da energia, de acordo com a informação disponibilizada nos meios oficiais, destaca-se, no primeiro trimestre de 2014, a publicação dos seguintes diplomas:

- Portaria n.º 3-A/2014, de 7 de janeiro: estabelece os procedimentos de repartição das receitas geradas pelos leilões de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, incluindo o plano anual de utilização das receitas e o modo de articulação do Fundo Português de Carbono (FPC) com outros organismos na alocação e utilização dessas receitas, bem como os montantes a deduzir à tarifa de uso global do Sistema Elétrico Nacional;
- Decreto-Lei n.º 13/2014, de 22 de janeiro: altera o previsto no Decreto-Lei n.º 104/2010, de 29 de setembro, relativamente à forma de fixação do período de aplicação das tarifas transitórias para fornecimentos de eletricidade aos clientes finais com consumos em alta tensão (AT), média tensão (MT) e baixa tensão especial (BTE);
- Decreto-Lei n.º 17/2014, de 4 de fevereiro: aprova a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia;
- Portaria n.º 27/2014, de 4 de fevereiro: fixa a data para os comercializadores de último recurso continuarem a fornecer eletricidade a clientes finais com consumos em AT, MT e BTE que não tenham contratado no mercado livre o seu fornecimento;
- Decreto-Lei n.º 32/2014, de 28 de fevereiro: procede ao diferimento da repercussão nas tarifas de energia elétrica de 2014 do montante não repercutido do ajustamento anual da compensação devida pela cessação antecipada dos contratos de aquisição de energia, referente ao ano de 2012, nos termos previstos no Decreto -Lei n.º 240/2004, de 27 de dezembro. Este diploma faz parte de um conjunto de medidas que visam travar, a médio e longo prazo, a tendência de crescimento dos diversos custos que oneram a fatura final de eletricidade, bem como o aumento contínuo da dívida tarifária;
- Portaria n.º 57/2014, de 7 de março: fixa para os anos de 2013 e 2014 as percentagens sobre taxas cobradas pelos serviços prestados por várias entidades reguladoras, que a Autoridade da Concorrência recebe a título de receitas próprias.

### 2.3.2 Sector das águas e resíduos

Na área das águas e resíduos, de acordo com a informação disponibilizada nos meios oficiais, realça-se a publicação dos seguintes diplomas regulatórios:

- Lei n.º 10/2014, de 6 de março: aprova os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes;
- Lei n.º 12/2014, de 6 de março: altera, pela segunda vez, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (alterado já pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho), que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional.

A atribuição de poderes reforçados à ERSAR, enquanto entidade reguladora independente, veio acentuar a necessidade, por parte desta, de garantir a prática de preços capazes de assegurar a viabilidade económica e financeira das entidades gestoras dos serviços de gestão de resíduos urbanos. Assim, e no âmbito das competências atribuídas ao Conselho Diretivo da ERSAR, foi aprovado, por este órgão, um novo regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, aplicável a todas as entidades gestoras prestadoras desses serviços, independentemente do modelo de gestão adotado por cada uma delas.

A aplicação efetiva do referido novo regulamento tarifário deverá verificar-se no primeiro período regulatório que terá início em 2016, após a revisão do quadro legal, em moldes que possibilitem a atuação da entidade reguladora de acordo com as regras estabelecidas no novo regulamento tarifário.

## 2.4 Novos investimentos no sector das águas e resíduos

No sector das águas e resíduos e de acordo com informações disponibilizadas no *website* da AdP, S.A.,<sup>6</sup> merecem particular destaque os projetos de investimento apresentados ou lançados no 1.º trimestre de 2014 pelas suas participadas, a Águas Públicas do Alentejo, a SIMRIA, a Águas do Algarve e a Suldouro.

### 2.4.1 Águas Públicas do Alentejo

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A.<sup>7</sup> (AgdA), empresa pública responsável pela gestão integrada dos serviços de abastecimento de água para consumo e de saneamento das águas residuais em 21 municípios do Alentejo<sup>8</sup>, representativos de 18,5% da área do território nacional e com uma população de 250 mil habitantes, oficializou no passado mês de fevereiro o início de duas novas obras no concelho de Alcácer do Sal.

<sup>6</sup> Para mais informação conferir os conteúdos presentes no website da AdP (<http://www.adp.pt/>).

<sup>7</sup> Empresa detida em 51% pelo grupo AdP.

<sup>8</sup> No âmbito da atribuição, em regime de exclusividade por um período de 50 anos, da concessão, construção e exploração do Sistema Público de Parceira Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA).

De acordo com as informações disponibilizadas pela empresa, estes dois novos projetos enquadram-se num plano de investimentos mais alargado da AgdA, atualmente em curso nos vários municípios de atuação da empresa e com um custo total estimado de cerca de 227 milhões de euros, a ocorrer até ao final de 2018.

No caso concreto dos dois novos empreendimentos iniciados em fevereiro, onde é esperado um custo total de 2,6 milhões de euros, participado em 70% por fundos comunitários, são equacionados fundamentalmente dois objetivos subjacentes à intervenção:

- Reforço do abastecimento de água à cidade de Alcácer do Sal, através da construção de duas novas captações subterrâneas, melhoria da capacidade de transporte de água tratada com a construção de uma nova estação elevatória e de uma conduta com cerca de 4 quilómetros, para ligar a nova estação elevatória ao reservatório do Laranjal. Este reservatório será também reforçado em 50% na sua capacidade de armazenamento de água tratada com a construção de uma nova célula de 1.000 m<sup>3</sup>.
- Tratamento dos efluentes domésticos, através da conceção de um sistema de transporte de águas residuais direcionado para a nova ETAR de Alcácer do Sal, a qual se encontra em fase de arranque, tendo resultado de um investimento da Agda (de 2,2 milhões de euros) também participado a 70% por fundos comunitários.

#### 2.4.2 SIMRIA

A SIMRIA, S.A.,<sup>9</sup> empresa responsável pelo saneamento de efluentes domésticos de 470 mil habitantes em 13 municípios da Ria de Aveiro, assim como pela recolha do efluente industrial da unidade fabril da Portucel, inaugurou no final do mês de janeiro a nova ETAR de Ponte de Vagos, cujo empreendimento envolveu um investimento de cerca de 1 milhão de euros, valor participado em 70% por fundos comunitários, de acordo com as informações disponibilizadas pela empresa. Com a entrada em operação da nova ETAR foi assim finalizado o plano de investimentos previsto no contrato de concessão para o município de Vagos.

#### 2.4.3 Águas do Algarve

A Águas do Algarve, S.A.<sup>10</sup> (AdA), empresa pública responsável pelo tratamento e distribuição de água e saneamento de águas residuais de 16 municípios na região do

---

<sup>9</sup> Empresa detida em 67,72% pelo grupo AdP e concessionária do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Ria de Aveiro.

<sup>10</sup> Empresa detida em 54,44% pelo grupo AdP.

Algarve<sup>11</sup> (os quais englobam cerca de meio milhão de habitantes em época baixa e mais de um milhão durante a época alta), lançou durante o trimestre em análise o concurso público para a construção de uma nova ETAR no concelho de Vila do Bispo.

De acordo com as informações disponibilizadas pela empresa, esta nova infraestrutura será responsável pelo saneamento dos efluentes domésticos de uma parte do concelho de Vila do Bispo, tendo sido pensada para servir uma população de 14 mil pessoas em época alta. O investimento, estimado em cerca de 2,5 milhões de euros, encontra-se enquadrado no plano de infraestruturas em curso pela empresa, o qual incorporou já, desde a constituição da empresa em 2000, um investimento da ordem dos 626 milhões de euros.

Ainda durante o mês de janeiro foi publicado em Diário da República o anúncio relativo ao concurso público internacional, promovido igualmente pela AdA, para a conceção e construção da nova ETAR da Companheira, em Portimão, a qual deverá servir uma população de 140 mil pessoas, com um preço base de 12 milhões de euros e com entrada em operação prevista para o ano de 2016.

#### 2.4.4 Suldouro

A Suldouro, empresa responsável pelo tratamento e valorização de resíduos em dois municípios da região do Sul do Douro (Municípios de Vila Nova de Gaia e de Santa Maria da Feira), numa área geográfica da ordem dos 384 km<sup>2</sup> e que abrange 443 mil pessoas, procedeu, em 2014, à execução de investimentos na ordem dos 5 milhões de euros no novo aterro do Gestal, ascendendo o investimento acumulado nesta nova infraestrutura a 16,7 milhões de euros. Este investimento permitirá à Suldouro continuar a assegurar a capacidade de deposição em aterro de forma adequada às necessidades do Sistema. Adicionalmente, destaca-se o investimento realizado pela concessionária, de cerca de 1,4 milhões de euros, no sistema de Biogás no aterro de Sermonde.

---

<sup>11</sup> No âmbito da atribuição da concessão, por 30 anos, dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve.

## 3. Fluxos Financeiros no Sector Portuário

### 3.1 Tipologia dos fluxos financeiros

Na presente secção são descritos os fluxos financeiros do Sector Público relativos às concessões portuárias atribuídas pelas administrações dos portos do Douro e Leixões, de Aveiro, de Lisboa, de Setúbal e de Sines.

Os fluxos financeiros apresentados referem-se, essencialmente, às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos referidos portos, tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão em vigor entre estas e as autoridades portuárias (as entidades públicas a quem foi atribuída a responsabilidade pela administração dos portos) em causa.

Deve salientar-se que nos fluxos financeiros apresentados não são considerados quaisquer investimentos realizados pelas Autoridades Portuárias, ainda que indiretamente relacionados com estas concessões. Relativamente às receitas obtidas, estas dizem respeito, sobretudo, a pagamentos constituídos por uma componente fixa (podendo esta ser, no todo ou em parte, ajustada tendo por base o IPC) e/ou variável, sendo esta última tipicamente calculada em função da movimentação de cargas verificada em cada um dos terminais e de acordo com o definido contratualmente.

### 3.2 Evolução dos fluxos financeiros

No 1.º trimestre de 2014 as receitas das Administrações Portuárias referentes aos terminais portuários concessionados registaram um crescimento de 7% face ao trimestre homólogo de 2013, ascendendo a 16.316 milhares de euros. Esta evolução é justificada pela tendência de crescimento a que se assistiu no movimento global de mercadorias (incluindo as contentorizadas) destes portos<sup>12</sup> (a movimentação de mercadorias cresceu 7,6% no total dos portos analisados).

Note-se, contudo, que, por um lado, os valores apresentados dizem respeito às receitas das administrações portuárias relacionadas apenas com os terminais concessionados (podendo, portanto, estes não ser representativos do total de movimentos do porto) e, por outro lado, são apresentados os montantes efetivamente recebidos (e não apenas faturados), pelo que a sua comparabilidade poderá encontrar-se afetada por eventuais diferenças ao nível da cadência de pagamentos das concessionárias.

---

<sup>12</sup> Tal como se apresenta no *Quadro 11* dos anexos deste boletim.

**Quadro 2** – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias*Valores em milhares de euros*

Sector Portuário	1T2014	Peso no total	1 T 2013	Δ 1T 2014 / 1T 2013	2014P	% Execução
<b>Douro e Leixões</b>	7.559	46%	7.213	5%	27.229	28%
<b>Sines</b>	3.671	22%	3.530	4%	17.281	21%
<b>Lisboa</b>	3.341	20%	2.981	12%	15.678	21%
<b>Setúbal</b>	1.632	10%	1.474	11%	6.481	25%
<b>Aveiro</b>	112	1%	114	-1%	460	24%
<b>Total</b>	<b>16.316</b>	<b>100%</b>	<b>15.312</b>	<b>7%</b>	<b>67.128</b>	<b>24%</b>

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias

Tal como se apresenta no *Quadro 2* anterior, para a evolução verificada nos fluxos financeiros reportados contribuiu essencialmente o comportamento positivo das rendas recebidas pelas administrações dos portos do Douro e Leixões, de Sines, de Lisboa e de Setúbal, destacando-se, sobretudo, as receitas obtidas nos portos de Setúbal e Lisboa, com crescimentos superiores a 10%. No caso das receitas relativas ao porto de Lisboa, é de referir, contudo, que o aumento verificado se explica não só pelo já referido aumento das cargas movimentadas (que neste porto foi de 3,6% relativamente ao período homólogo de 2013), mas também por diferenças ao nível da cadência de pagamentos das concessionárias.

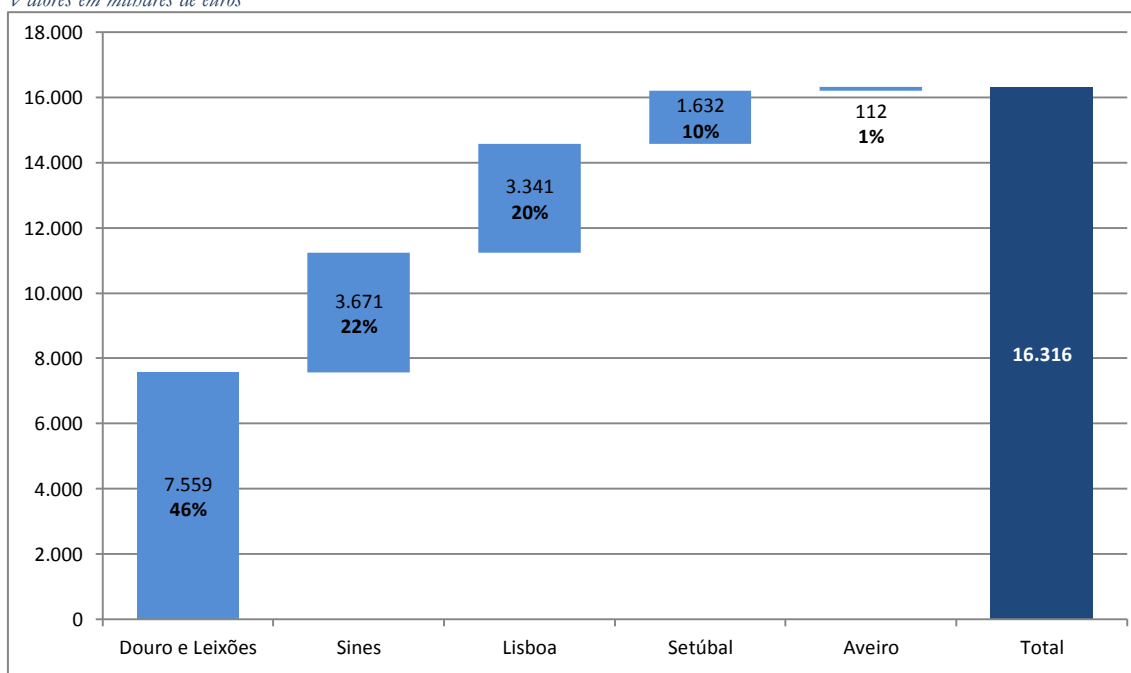
O porto de Aveiro manteve-se como a única exceção à tendência positiva observada nas receitas portuárias, uma vez que apesar do crescimento verificado ao nível da movimentação global de mercadorias deste porto (24,9% relativamente ao período homólogo de 2013)<sup>13</sup>, no terminal concessionado (o terminal sul) assistiu-se a uma relativa estagnação da carga movimentada, justificando desta forma o facto de a renda auferida pela administração portuária se ter mantido praticamente inalterada face ao período homólogo, registando até um ligeiro decréscimo de 1%.

No trimestre em análise, os terminais portuários concessionados dos portos do Douro e Leixões mantiveram a sua posição dominante em termos de contributo para o valor total das rendas do setor portuário, tendo sido responsáveis por cerca de 46% destas, seguindo-se os portos de Sines e de Lisboa, com pesos de 22% e 20%, respetivamente (ver *Gráfico 1* seguinte).

<sup>13</sup> Tal como apresentado no *Quadro 11* dos anexos a este boletim.

Gráfico 1 – Distribuição do total das rendas de concessão portuária por Administração Portuária no primeiro trimestre de 2014

Valores em milhares de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias

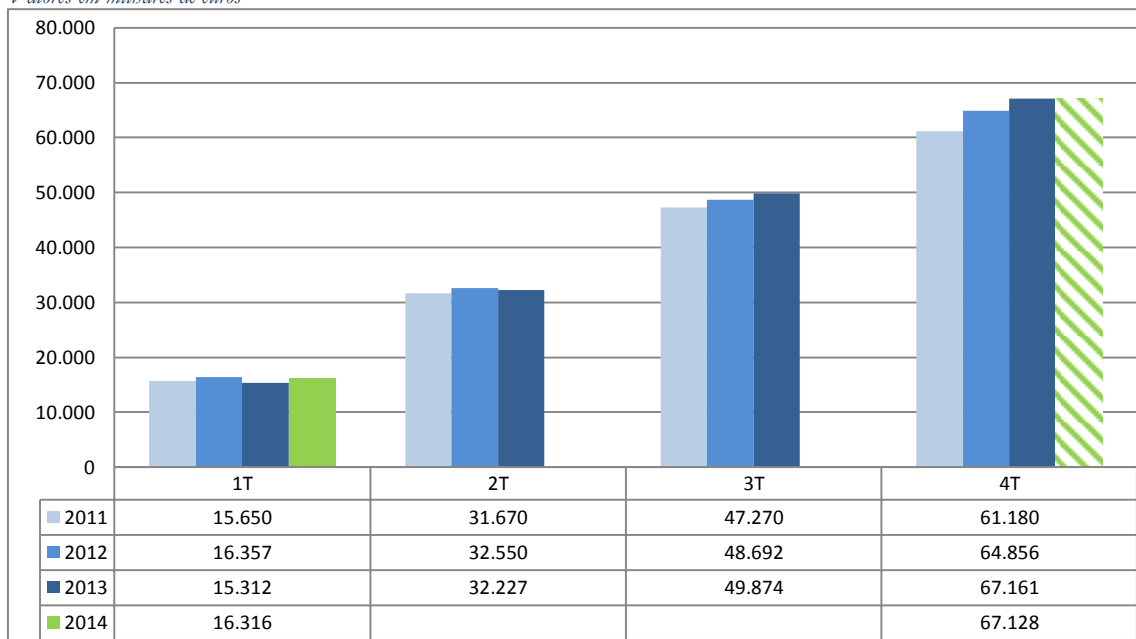
No *Gráfico 2* seguinte apresenta-se a evolução das receitas com as concessões portuárias acumuladas por trimestre desde 2011, bem como os valores orçamentados para 2014, sendo possível constatar uma tendência de melhoria das receitas acumuladas anuais, a qual deverá ser de certa forma reflexo da evolução positiva que se registou ao nível da movimentação geral de mercadorias nos portos em análise, no mesmo período (de acordo com os dados do IMT<sup>14</sup>).

<sup>14</sup> Constantes do *Quadro 11* dos anexos a este boletim.



Gráfico 2 – Evolução da receita acumulada por trimestre, comparativamente com os anos anteriores (2011 a 2014)

Valores em milhares de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias

Nota: A zona sombreada a verde no 4.º trimestre de 2014 corresponde ao valor total previsto para 2014.

Tal como se verifica no *Quadro 3* seguinte, os portos de Lisboa e Setúbal foram aqueles que no trimestre agora em análise registaram as taxas de crescimento mais acentuadas (acima de 10%). No caso do porto de Lisboa o aumento verificado foi explicado, no essencial, pelo acréscimo observado no Terminal de Contentores de Santa Apolónia, no Terminal Multipurpose de Lisboa e no Terminal Multiusos do Beato (que em conjunto representaram 59% das rendas deste porto). Em sentido contrário, destaca-se a forte redução da receita associada ao Terminal de Contentores de Alcântara, 35% face ao período homólogo de 2013, que poderá ter como principal causa a forte redução do tráfego total de contentores no porto de Lisboa, de 16,5% face ao período homólogo de 2013<sup>15</sup>.

No que concerne ao porto de Setúbal, o aumento (de 11%) das rendas foi decorrente essencialmente do crescimento das rendas relativas ao Terminal Multiusos Zona 1 e do Terminal Multiusos Zona 2 (que foram responsáveis em conjunto por cerca de 93% das rendas deste porto). No caso do Terminal Multiusos Zona 1 a variação verificada espelha em grande medida o aumento assinalável (de 122%) das movimentações de carga geral fracionada, o qual permitiu compensar o decréscimo ocorrido nas movimentações de granéis sólidos (-7%). No Terminal Multiusos Zona 2 destaca-se o crescimento ocorrido na movimentação de contentores, de 115,6% face ao período homólogo. O aumento das rendas associadas a estes 2 terminais permitiu compensar o decréscimo da renda relativa ao

<sup>15</sup> Tal como apresentado no *Quadro 12* dos anexos a este boletim.

Terminal de Granéis Líquidos (-66%), o qual foi reflexo da alteração do perfil de pagamento do montante anual de renda fixa (em 2013 esta renda foi integralmente recebida no primeiro trimestre, enquanto em 2014 passou a ser cobrada mensalmente).

Relativamente aos portos do Douro e Leixões destacam-se, pelo seu peso no total das rendas portuárias do primeiro trimestre, o Terminal de Contentores de Leixões, o Terminal de Carga a Granel de Leixões e o Terminal de Produtos Petrolíferos, os quais, em conjunto, representaram cerca de 94% das referidas rendas. No trimestre em análise, o Terminal de Contentores de Leixões registou um crescimento da ordem dos 9%, refletindo a evolução positiva do movimento de contentores e permitindo, de certa forma, mitigar o decréscimo verificado na renda quer do Terminal de Carga a Granel de Leixões quer do Terminal de Produtos Petrolíferos, reflexo, por sua vez, da diminuição observada na movimentação de carga geral fracionada e granéis sólidos e dos produtos petrolíferos, respetivamente.

No porto de Sines o crescimento (de 4%) verificado foi explicado sobretudo pela evolução das receitas relativas ao Terminal de Contentores de Sines XXI, as quais mais do que duplicaram o seu valor, em virtude, quer do efeito das maiores quantidades movimentadas, quer do facto de o contrato prever que a partir de determinadas quantidades movimentadas é incrementada a tarifa utilizada para calcular a parte variável da renda.

No *Quadro 3* seguinte apresenta-se o valor das receitas auferidas pelas administrações portuárias em cada um dos seus terminais concessionados.

**Quadro 3 – Receitas da administração portuária por concessão**
*Valores em milhares de euros*

Sector Portuário	1T2014	Peso no total	1 T2013	Δ 1T 2014 / 1T 2013	2014P	% Execução	
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	4.607	28%	4.209	9%	15.746	29%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	856	5%	865	-1%	3.419	25%
	Silos de Leixões	62	0%	50	24%	203	31%
	Terminal Produtos Petrolíferos	1.628	10%	1.666	-2%	6.323	26%
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	24	0%	24	0%	95	25%
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	203	1%	213	-5%	664	31%
	Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	18	0%	24	-25%	162	11%
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	14	0%	14	0%	28	50%
	Exploração Turística-Hoteleira	129	1%	129	0%	515	25%
	Exploração Restaurante e Bar	18	0%	19	-5%	74	24%
	<b>Subtotal Douro e Leixões</b>	<b>7.559</b>	<b>46%</b>	<b>7.213</b>	<b>5%</b>	<b>27.229</b>	<b>28%</b>
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	88	1%	90	-2%	354	25%
	Serviço de Reboque Aveiro	24	0%	24	0%	106	23%
	<b>Subtotal Aveiro</b>	<b>112</b>	<b>1%</b>	<b>114</b>	<b>-1%</b>	<b>460</b>	<b>24%</b>
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	397	2%	614	-35%	3.114	13%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	1.468	9%	1.123	31%	7.357	20%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	289	2%	178	62%	1.119	26%
	Terminal Multiusos do Beato	221	1%	174	27%	1.035	21%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	230	1%	253	-9%	676	34%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	231	1%	196	18%	686	34%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	183	1%	174	5%	699	26%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	199	1%	180	11%	589	34%
	Terminal do Barreiro	34	0%	28	20%	99	34%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	78	0%	52	49%	267	29%
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	12	0%	9	33%	36	33%
	<b>Subtotal Lisboa</b>	<b>3.341</b>	<b>20%</b>	<b>2.981</b>	<b>12%</b>	<b>15.678</b>	<b>21%</b>
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	534	3%	445	20%	1.957	27%
	Terminal Multiusos Zona 2	977	6%	841	16%	4.006	24%
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	86	1%	81	6%	375	23%
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	36	0%	107	-66%	143	25%
<b>Subtotal Setúbal</b>	<b>1.632</b>	<b>10%</b>	<b>1.474</b>	<b>11%</b>	<b>6.481</b>	<b>25%</b>	
Sines	Terminal Contentores de Sines XXI	238	1%	104	129%	3.272	7%
	Terminal Multipurpose de Sines	1.072	7%	1.079	-1%	4.548	24%
	Terminal de Petroleiro e Petroquímico	102	1%	101	1%	397	26%
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	193	1%	189	2%	796	24%
	Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	2.067	13%	2.057	0%	8.268	25%
<b>Subtotal Sines</b>	<b>3.671</b>	<b>22%</b>	<b>3.530</b>	<b>4%</b>	<b>17.281</b>	<b>21%</b>	
<b>Total</b>	<b>16.316</b>	<b>100%</b>	<b>15.312</b>	<b>7%</b>	<b>67.128</b>	<b>24%</b>	

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias

## 4. Anexos

Quadro 4 – Identificação das concessões das Águas

Concessões Águas	Ano de início	Prazo	Investimento <sup>(1)</sup> (milhões de euros)
Águas do Algarve	2001	30	570
Águas do Centro Alentejo	2003	30	81
Águas do Centro	2001	30	266
Águas do Douro e Paiva	1996	30	410
Águas do Mondego	2004	35	226
Águas do Norte Alentejano	2001	30	125
Águas do Noroeste	2010	50	835
Águas do Oeste	2001	35	280
Águas de St.º André	2001	30	96
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	2001	30	485
Águas do Zêzere e Côa	2000	30	311
Águas Públicas Alentejo, S.A. <sup>(2)</sup>	2010	50	40
Águas da Região de Aveiro, S.A. <sup>(2)</sup>	2010	50	131
Sanest	1995	25	277
Simarsul	2004	30	206
Simdouro	2009	50	129
Simlis	2000	30	111
Simria	2000	50	254
Simtejo	2001	43	349
<b>TOTAL</b>			<b>5.182</b>

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela AdP, S.A.

Notas: <sup>(1)</sup> Valores acumulados a dezembro de 2013

<sup>(2)</sup> Parcerias Estado-Autarquias

## Quadro 5 – Identificação das concessões dos Resíduos

Concessões Resíduos	Ano de início	Prazo	Investimento <sup>(1)</sup> (milhões de euros)
Algar	1996	25	132
Amarsul	1997	25	110
Ersuc	1997	33	161
Resiestrela	2008	25	36
Resinorte	2009	30	163
Resulima	1996	25	25
Suldouro	1996	25	72
Valnor	2001	35	68
Valorlis	1996	25	55
Valorminho	1996	25	13
Valorsul	1995	25	347
<b>Total</b>			<b>1.182</b>

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela AdP, S.A.

Nota: <sup>(1)</sup> Valores acumulados a dezembro de 2013

Quadro 6 – Identificação das concessões no sector dos Portos

	Sector Portuário	Concessionário	Ano	Prazo	Invest. Concessão 2001/12	Invest. Concedente 2001/12
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	Terminal de Contentores de Leixões SA	2000	25	31	
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões SA	2001	25	30	
	Silos de Leixões	Silos de Leixões, unipessoal Lda	2007	25	2	
	Terminal Produtos Petrolíferos	Petrogal, SA	2006	25	n.d.	
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	E.D. & F. Man Portugal Lda	2001	15	n.d.	254
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	SECIL - Comp. Geral de Cal e Cimento, SA	2001	15	n.d.	
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pesca	Docapesca - Portos e Lotas SA	1995	25	n.d.	
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	Marina de Leixões - Associação de Clubes	1985	25	n.d.	
	Exploração Turística-Hoteleira	Dourocais - Inv. Imobiliários SA	2001	20	n.d.	
Exploração Restaurante e Bar	Companhia de Cervejas Portuárias, SA	2000	20	n.d.		
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	Socarpor - Soc. De Cargas Portuárias (aveiro), SA	2001	25	8	128
	Serviço de Reboque Aveiro	Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, SA	2004	10	3	
Lisboa*	Terminal de Contentores de Alcântara	Liscont - Operadores de Contentores SA	1985	(a)	33	
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia,	2001	20	21	
	Terminal Multipurpose de Lisboa	Transinsular, Transportes Marítimos Insulares, SA	1995	15 (b)	-	
	Terminal Multiusos do Beato	TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, SA	2000	20	5	
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	Empresa de Tráfego e Estiva, SA	2000	20	4	
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	4	195
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	3	
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	Sovena Oilseeds Portugal, S.A.	1995	30	87	
	Terminal do Barreiro	ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, SA	1995	30	2	
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	LBC - TANQUIPOR, S.A.	1995	30	22	
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	Baía do Tejo, S.A.	1995	30	-		
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	Tersado - Terminais Portuários do Sado, SA	2004	20	9	
	Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, SA	2004	20	12	31
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	Saptec - Terminais Portuários, SA	1995	25	6	
	Terminal de Granéis Líq. De Setúbal	Saptec - Terminais Portuários, SA	2003	25	3	
Sines	Terminal Contentores de Sines XXI	PSA Sines - Terminal de Contentores, SA	1999	30	123	
	Terminal Multipurpose de Sines	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, SA	1992	25	3	
	Terminal de Petroléiro e Petroquímico	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	2003	10	177	344
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	Reboport-Soc.Portuguesa Reboques Marítimos, SA	2002	20	16	
Terminal de Granéis Líq. e Gestão de Resíduos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, SA	2008	30	7		

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias

**Notas:** (a) O prazo desta concessão, originalmente fixado em 20 anos, foi estendido até 2042 por via do Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de setembro. Este diploma foi revogado pela Lei n.º 14/2010 de 23 de julho. No entanto, em 3.03.2014 foi proferido pelo Tribunal Constitucional o Acórdão n.º 202/2014, que julga inconstitucionais as normas constantes da Lei n.º 14/2010, de 23 de julho em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade.

(b) Contrato em fase de prorrogação até novo concurso.

Quadro 7 – Identificação das concessões para o Gás Natural

Sector Energia – Gás Natural	Concessionário	Ano Início	Prazo
<b>Armazenamento Subterrâneo de Gás Natural (Carricho / Pombal)</b>	Transgás Armazenagem, S.A.	2006	40
<b>Distribuição Regional de Gás Natural de Lisboa</b>	Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisboa, S.A.	2008	40
<b>Distribuição Regional de Gás Natural do Centro</b>	Lusitaniagás – Comp. Gás do Centro, S.A.	2008	40
<b>Distribuição Regional de Gás Natural do Sul</b>	Setgás – Soc. Prod. Distrib. Gás, S.A.	2008	40
<b>Distribuição Regional de Gás Natural do Norte</b>	EDP Gás Distribuição, S.A.	2008	40
<b>Receção, Armazenamento e Regaseificação de GNL (Sines)</b>	REN Atlântico, S.A.	2006	40
<b>Receção e Armazenamento Subterrâneo Gás Natural (Carricho / Pombal)</b>	REN Armazenagem, S.A.	2006	40
<b>Distribuição Regional de Gás Natural da Região do Centro Interior</b>	Beiragás – Companhia Gás das Beiras, S.A.	2008	40
<b>Distribuição Regional de Gás Natural do Vale do Tejo</b>	Tagusgás – Empresa Gás Vale do Tejo, S.A.	2008	40
<b>Transporte de Gás Natural através da Rede Nacional Transporte de Gás Natural (alta pressão)</b>	REN Gasodutos, S.A.	2006	40

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGEG

Quadro 8 – Identificação das concessões para a Eletricidade

Sector Energia – Eletricidade	Concessionário	Ano Início	Prazo
<b>Rede Eléctrica Nacional</b>	REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.	2007	50
<b>Exploração da Rede Nacional de Distribuição de electricidade</b>	EDP – Distribuição Energia, S.A.	2009	35
<b>Exploração Zona Piloto «produção de energia das ondas do Mar»</b>	Enondas, Energia das Ondas, S.A.	2010	45

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGEG

Quadro 9 – Identificação da concessão Hídrica

Sector Hídrico	Concessionário	Ano Início	Prazo
<b>Barragem de Foz Tua</b>	EDP, S.A.	2008	75
<b>Barragem Girabolhos</b>	Hidromondego – Hidroelétrica do Mondego, Lda.	2013	65

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelo Instituto da Água I.P.

Quadro 10 – Identificação da concessão Aeroportuária

Sector Aeroportuário	Concessionário	Ano Início	Prazo
<b>Concessão de aeroportos</b>	ANA – Aeroportos de Portugal, S.A.	2012	50

Fonte: UTAP, a partir de dados constantes do DRE

Quadro 11 – Movimento global dos portos em análise no primeiro trimestre de 2014

		Jan-Mar/2014		
Sector Portuário		Quantidade	%	Δ 1T2014 / 1T2013
Navios (Número)	Douro e Leixões	584	25,7%	-6,0%
	Aveiro	259	11,4%	23,3%
	Lisboa	596	26,2%	-5,4%
	Setúbal	354	15,6%	20,4%
	Sines	478	21,0%	15,7%
	<b>TOTAL</b>	<b>2.271</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,8%</b>
Carga Total <sup>(1)</sup> Movimentada (Tons)	Douro e Leixões	4.233.112	22,9%	1,5%
	Aveiro	1.122.034	6,1%	24,9%
	Lisboa	2.966.742	16,0%	3,6%
	Setúbal	1.971.949	10,7%	24,9%
	Sines	8.219.543	44,4%	6,5%
	<b>TOTAL</b>	<b>18.513.380</b>	<b>100,0%</b>	<b>7,6%</b>

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelo IMT

Nota: <sup>(1)</sup> Inclui carga fracionada, carga contentorizada, Ro-Ro, graneis sólidos e graneis líquidos.

Quadro 12 – Movimento de carga contentorizada nos portos em análise no primeiro trimestre de 2014

		Jan-Mar/2014		
Sector Portuário		Quantidade	%	Δ 1T2014 / 1T2013
Contentores (TEUs)	Douro e Leixões	160.252	28,3%	13,1%
	Aveiro	0	0,0%	-
	Lisboa	107.577	19,0%	-16,5%
	Setúbal	26.542	4,7%	97,7%
	Sines	271.210	48,0%	43,3%
	<b>TOTAL</b>	<b>565.581</b>	<b>100,0%</b>	<b>19,5%</b>

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelo IMT